This interview is with a senior official of the Núcleo de Direitos Humanos (Human Rights Group) of the Defensoria Pública do Pará (Public Defender’s Office of the State of Pará). The institutional mission of the Defensoria Pública is to provide free legal assistance to those who need it, with the aim of generating reconciliation and protecting human rights. In Pará, the office works mainly for the indigenous population around issues of land and identity.

The interview was carried out by Luciane Rocha in 2017.

The transcription begins part-way into the interview, after the official has talked about his personal trajectory before and during his time in the Defensoria.

**XXXX**

[...] porque isso tem no núcleo do consumidor, mas às causas coletivas não estava sendo dada importância. E aí, a gente começou a ver que as questões que envolviam as chacinas de Belém, as questão que envolviam as religiões de matriz africana - seja no aspecto coletivo, seja no aspecto individual -, a forma que o racismo, que a questão racial, individual era tratada não era uma forma estratégica, era uma forma…

Chegava aqui alguém que foi, que teve, que chamaram ele de alguma coisa. Aí, tu ia lá e fazia a queixa-crime. Mas você não pensava como lidar com o preconceito sistêmico, com a estrutura de preconceito que se travava dentro de uma escola ou nas relações interpessoais de grupos. Não havia esse foco. Então a gente começou a pensar: como é que o Núcleo de Direitos Humanos pode atuar numa perspectiva de direitos humanos? E que perspectiva é essa? Que definição de público é esse?

Dentro disso, a gente começou a pensar na Defensoria como um todo. Então, a gente começou o grupo, não somente eu e Juliana, mas o grupo de defensores meio iluministas, começaram a apresentar no Conselho Superior da Defensoria Pública, que é o órgão que faz as leis da Defensoria, projetos que contemplassem essa visão Iluminista de Defensoria.

**LUCIANE:**

Quantas pessoas fazem parte desse grupo?

**XXXX:**

11 pessoas. E aí, Guterrez (?), que foi um dos caras que trabalhou comigo no conceito de vulnerabilidade, apresentou uma resolução sobre vulnerabilidade, que trazia para dentro da Defensoria o conceito das cem regras de Brasília. A gente começou a trabalhar é… fizemos uma alteração, eu e Juliana fizemos um projeto de resolução para alterar a organização do núcleo, as funções do núcleo.

Existia uma reforma dentro da Defensoria, um projeto de reforma, que, aqui, dentro do núcleo Direitos Humanos tem 4 vagas de Defensores Titulares. E aí o que que ia fazer: nessa reforma, que não foi aprovada, que a gestão atual não aprovou, era da gestão passada, previa que cada Defensoria teria um tema.

Então, você teria um núcleo com subdivisões, entendeu? Temáticas. As subdivisões são importantes, mas você tem que tomar cuidado quando você cria uma norma com isso, porque você engessa. Entendeu? Você… Novas categorias que surgem, talvez não se…

Por exemplo, a categoria dos atingidos pela mineração não entra dentro da categoria só de povos tradicionais. Eles estão contidos, mas povos tradicionais não contém atingidos pela mineração, que pode ser alguém da zona urbana. Mas naquela época a resolução que não passou, previa categorias fechadas.

A gente criou uma resolução, que todo núcleo queria categorias abertas como, por exemplo, refugiados, indígenas, crianças indígenas, refugiados, crianças.

São categorias que… As categorias de vulnerabilidade são construídas em um processo histórico, mas também que é real naquela relações de forças que existem de disputa por um bem jurídico.

E aí, a gente precisou, também, redefinir os conceitos de Direitos Humanos que a gente passou trabalhar. Para entender essas novas categorias, que estão surgindo todo tempo, a gente precisava de lançar mão, também, de uma teoria de Direitos Humanos, que não fosse essa teoria clássica de Direitos Humanos, numa perspectiva européia, mas numa perspectiva latino-americana. Porque os conflitos de Direitos Humanos que a gente vive hoje, e aí, para mim, 70%, 90% desses conflitos perpassam pela ideia de raça, eles decorrem, na região Amazônica, da relação de trabalho, poder e capital, construída em um processo histórico que necessita da divisão de raça. A própria ideia do continente americano, com o nome de continente americano, e não de continente dos povos tradicionais. O nome Brasil não é Brasil. Entendeu? Para um determinado o grupo é Pindorama, para outro grupo tem outro nome. América Latina, para os povos originários, é Abi Ayala, representa a relação de forças dos Incas e dos Astecas no processo de dominação que foram submetidos. Porque a raça branca, outro dia me falaram: “*ah, mas os brancos foram escravizados*”. Não, os brancos viviam relações de servilidade, servis. Eles tinham alguma troca econômica. Os negros e os indígenas nunca tiveram nenhuma troca econômica. As trocas entre os indígenas e os negros eram sempre na relação da força, sempre na relação da existência ou não de espírito. Não, dá não existência de espírito. E se não existia espírito, não era ser humano.

**LUCIANE:**

Pode falar mais um pouquinho dessa lógica do capital racializado?

**XXXX:**

Por exemplo, a ideia de que os indígenas e os negros não tinham direito, não tinham direitos, e não eram seres humanos, eles eram propriedade, é uma ótica de Capital racializado. Porque nunca antes na história do continente europeu o… Quando os judeus foram, entre aspas escravizados, eles eram propriedade? Eles não eram vistos como propriedade. Por quê? Propriedade tu faz o que tu quiser, mas existia um limite do que se [podia] fazer com judeus. Com os negros e indígenas não existia limite, nem de pureza ou impureza.

Os negros e os indígenas eram sempre bestializados ou tinham a ideia de quê? De… reprodução, eram sempre estigmatizadas. Você tem algum estigma com judeu no processo? Não. Ontem eu parei para pensar uma coisa que me falaram: conceito de povos, de povos tradicionais… Tanto é que aparece aqui no Brasil, na América Latina, porque a [Convenção] 169 que substitui a 107, que tinha ideia de raça, de tutela de indígenas... porque a ideia de tutela e de aculturação é uma ideia de raça, [é uma ideia] que traz o racismo. Porque, tipo assim cara: a cultura branca é melhor, então, para ele ser bom, virar humano, ele tem que vestir roupa, ele tem que falar português, aí ele deixou de ser índio. Então as reservas são para produzir… É só ler o estatuto do índio, que vai falar de quê? De ...Ele não sabe mexer com dinheiro, quando ele sabe mexer com dinheiro ele é civilizado. Então, ele não precisa de dinheiro. É essa a relação. A relação raça, capital e trabalho é isso. Porque os brancos vão receber dinheiro para trabalhar, eles vão ser olhados em uma perspectiva econômica e uma perspectiva de inserção enquanto cidadão. Era cidadão quem tinha dinheiro. Então negro e índio nunca podiam ser cidadãos, porque eles não tinham propriedade, eles eram propriedades de alguém. Eles estavam sempre vinculados numa relação de submissão ao capital, porque eles tinham um valor, então eles eram uma propriedade.

Até hoje tem gente que pensa assim quando fala que o índio ele não é mais índio porque ele faz português. E alguns antropólogos repetem isso porque... o índio tem lá o nome de José Arimatéia da Silva. Aí ele se apresenta para todo mundo como José Arimatéia da etnia Munduruku. Mas chega na aldeia dele, ele se chama [sons]. O Fabiano, que era Fabiano se chama Pitauã da Silva Tembé. Ele não é Fabiano, ele é Pitauã.[[1]](#footnote-1)

Mas aí dizem que ele tem que manter o nome dele, não pode mudar o nome. Porra! Mas o cara é Pitauã, meu irmão. Na aldeia ele se chama assim. É igual a eu sou o XXXX, aí querem me chamar de João, mas não, eu sou o XXXX. Foi meu pai que botou XXXX. Então para o meu pai teve um sentido, para minha mãe teve um sentido… Então para a mãe do cara teve um sentido de chamar Pitauã. E negaram a ele o direito de ter um nome dele da sociedade… da sociedade brasileira conhecer ele como Pitauã. Está lá no livro… no diploma dele está Pitauã.Tá? Negaram esse direito a ele. Então, isso é o quê? O que que é isso?

**LUCIANE:**

O que que é isso?

**XXXX:**

Se te negam o direito de tu se chamar Pitauã para tu se chamar Fabiano, mas na aldeia te chamam de Pitauã. Na certidão de nascimento e no teu diploma da faculdade é Fabiano. É racismo, porra.

Aí ele não pode, pô... É racismo, não tem como. Eu nem… Porque, tipo, é o que isso? É racismo, cara. Não tem como. E aí vai ter gente que vai dizer que não é. Mas é racismo, pô! Porque...O que que é o racismo para mim? É toda vez que você nega às pessoas o direito de serem elas mesmos, por conta do quê? Da identidade da pele dela, da identidade cultural dela, da identidade religiosa dela. E aí, você cria o quê? Uma hierarquia.

Por exemplo, religião de preto é macumba, é seita. Qual o problema da religião do cara? Mas aí quando ela é, ela entra no sistema de relação capital-trabalho, ela deixa de ser comida de pobre, tipo feijoada. Feijoada virou patrimônio porquê? Porque ela deixou de ser… A maniçoba: mesma coisa. Mas ninguém fala da Cabanagem como um processo histórico de resistência dos indígenas.

Aí tem uma outra coisa que eu lembrei:, quando era criança tu via - Tu lembra disso - Tu via lá, a inconfidência mineira: 5 páginas no livro. Aí tu entrava na livraria, vários livros de Inconfidência Mineira. Cabanagem, Balaiada, essas coisas aí, Revolta dos Malês, Sabinada, a Revolta do Marinheiro João Cândido. Quantas páginas? Nenhuma página, só um parágrafo. O que que é isso?

**LUCIANE:**

… outros tipos de revolta

**XXXX:**

É. Outros tipos de revolta. Qual a diferença desses outros tipos para Revolução Russa, para Revolução Francesa? Elas não foram feitas por brancos.

**LUCIANE:**

E qual é… E qual foi o tipo de resistência que vocês enfrentaram, ou enfrentam, para que o Núcleo da Defensoria tivesse essa visão de horizonte, que incorporasse essa lógica de enxergar as populações, de enxergar o racismo?

**XXXX:**

Assim, internamente, hoje, se tem resistência, é uma resistência velada. Porque hoje a gente consegue que a gestão da Defensoria entenda e, na medida das possibilidades orçamentárias da Defensoria… Porque a Defensoria tem um problema. Qual o problema da Defensoria? A Defensoria é um órgão novo e as pessoas não sabem o que é a Defensoria. As pessoas, quando eu digo, é geral, é toda sociedade. Tem uma visão da Defensoria como o órgão que vai defender bandidos, como órgão que vai fazer ação de alimentos. A gente defende as pessoas encarceradas, a gente faz ação de alimentos, mas a Defensoria hoje é um instrumento de transformação social.

A defensoria é o único órgão, dentro do sistema de justiça, que ela é um órgão classista. Está lá na constituição: tem que defender pobre. E ela é o único órgão que, na Constituição, só existe se existir democracia, e é o único órgão na Constituição que só existe para defender Direitos Humanos.

Nenhum dos outros órgãos, no artigo 134, tá? Nenhum dos outros órgãos: magistratura, MP, advocacia, não tem razão de existir fundamentada nos direitos humanos, na democracia e na defesa de vulneráveis e hipossuficientes.

Mas as pessoas não entendem, porque na gênese, a Defensoria foi criada como assistência judiciária para que as pessoas pobres tivessem acesso ao judiciário e hoje não é isso.

A gente intervém nas políticas públicas, a gente media políticas públicas, a gente participa de articulações dentro das Comunidades, de emancipação. A gente não é imparcial, a gente é parcial. E nossa parcialidade está sempre voltada para o pobre, o indígena, o quilombola, o negro. Eu não sou imparcial, eu sou parcial.

E quando eu digo eu, não é o Johnny, é a Defensoria Pública. E isso, para as pessoas entenderem que elas não são atores, são instrumentos, e instrumento é igual caneta: “caneta, escreva sozinha!” Ela lá não escreve. Quando eu digo, quando eu meto aqui e falo: escreva “Oi”, ela escreve. Mas tem uma hora que vai acabar a tinta, aí eu tenho que trocar de caneta. É assim que é um instrumento. É igual uma enxada, a um grampeador. Mas as pessoas não entendem... Um instrumento segue a vontade de um coletivo. Não é que a gente seja automático, mas eu não vou defender interesse, eu vou defender direito, é diferente. Eu não posso ir contra a democracia, ir contra os Direitos Humanos. Por exemplo, na defesa de um réu que cometeu um estupro, eu não posso colocar em risco a criança que ele violentou, eu não posso defender o interesse dele. Eu tenho que defender que o Sistema de Justiça seja justo e que o mais forte não prevaleça sobre o mais fraco.

Isso é muito difícil. Então, eu acho que para nós, o maior desafio hoje não é interno. Porque o interno, na medida das condições econômicas da Defensoria, a gente vem conseguindo fazer o nosso trabalho. É externo. Por quê? A defensoria é o primo pobre do Sistema de Justiça, e quando ela começa a questionar a própria organização do status quo, quando ela começa a defender o sistema de cotas para negros, contra resistência interna. Quando ela começa a defender que a ouvidoria externa ocorra, quando ela começa a defender a participação social de forma igual pra igual, passa a ter uma resistência. Resistência a essa forma de pensar. Mas quando… E aí o que que a gente vem fazendo?

Vem também fazendo uma tentativa de mostrar que a identidade defensorial é a população, é os movimentos. Então esses cartazes mais do que para os assistidos, é para que as pessoas que venham aqui, que os nossos pares, percebam que quando a gente caminha ao lado dos nossos assistidos a gente tem mais força. E essa e essa perspectiva às vezes também causa um pouco de mais resistência. Externa do que interna.

Então hoje há uma preocupação, mesmo a gente tendo parcerias, há uma preocupação de outros órgãos com essa forma de defensoria. Não hierarquizada, de diálogo, entendeu? De… Da gente estar participando da coisa.

Porque o que faz às vezes é: às vezes, as pessoas esquecem que eu sou Estado. Isso é bom em relação às pessoas, mas é ruim para os outros. Porque eu não esqueço, eu tenho a nítida a noção de quem eu sou, e sei o meu limite. E quando eu percebo que chegou meu limite eu digo: “isso não pode ser feito, isso está na minha hora de vir embora”. Eu sempre procuro institucionalizar as coisas para que haja as limitações. Porque para que o trabalho exista, seja feito, a gente tem que saber o nosso papel dentro da estrutura, entendeu?

Quando eu estou, eu sou defensor, eu tenho limitações, entendeu? Eu não posso emitir as minhas opiniões pessoais. Por exemplo, quando eu estou em um evento como defensor, não posso dizer “Fora Temer”. Mas se eu vou no evento como Johnny, eu posso dizer “fora Temer” a hora que eu quiser, entendeu?

Mas em um evento como defensor eu posso falar: há direitos das Comunidades tradicionais sendo violados e posso dar uma perspectiva racial, porque a perspectiva racial existe. A violação de direitos não é algo inato, ele é construído assim como direito, ele é um processo constante de disputa, e as pessoas estão esquecendo disso, que ele é um processo de disputa. Ao esquecer que ele é um processo de disputa, não se constrói alternativas e não se constrói estratégias para construção daquilo.

**LUCIANE:**

E essa disputa, nessa região, passa principalmente pela questão do território, não é?

**XXXX:**

Então, isso é importante dizer.

A luta dos povos tradicionais, aqui na região, ela se constitui em primeiro na titulação da terra, da terra. Porque em um primeiro momento, em que era forte e não existiam processos legais de reconhecimento do multiculturalismo e do pluralismo jurídico, você tem o processo de embranquecimento através da cooptação e da aculturação e da desculturação das populações tradicionais. Então indígenas eram submetidos a um processo de embranquecimento e de negativa da sua cultura e da sua tradicionalidade. Negros eram submetidos ao processo de embranquecimento e denegação das suas culturas ancestrais. A gente tem casos de comerciantes negros que saíram das suas origens, no Marajó, que eram origens de populações tradicionais, de remanescentes de quilombos, de populações ribeirinhas, e vieram para o ambiente urbano, casaram com pessoas brancas e viveram um processo de embranquecimento. Isso aí a gente vê um montão. E que não discute, por exemplo, não traz essa ancestralidade para os campos onde estão inseridos e provocam a discussão do seu passado. Tipo assim, não é que renegam, deixam de falar.

**LUCIANE:**

Você está dizendo que o processo pode ser entendido como um processo de mestiçagem, e abandonando as ancestralidades?

**XXXX:**

Sim, abandonando a ancestralidade.

**LUCIANE:**

E qual o perigo disso?

**XXXX:**

Aí, isso. Isso aí, passa também pela desterritorialização. E aí, os grupos tradicionais começam a brigar, num primeiro momento, por manter o seu território, sem se preocupar em manter sua cultura, porque eles não conseguem enxergar, ainda naquele momento, a territorialidade. Eles só conseguem ver o território, lugar, espaço de vida deles. E esse processo de abandono, que eu vou chamar de aculturação, para a gente ter algo em comum também com os indígenas, de cooptação, de integração, processo de integração, que é o que é as populações tradicionais e as populações originárias vão ser submetidas, passam por técnicas de mestiçagem também.

Mas é um processo de integração, de você se integrar à cultura branca, que é a cultura urbana, e deixar toda a sua ancestralidade de lado. E aí você não tem mais necessidade da terra. Porque você perdeu a territorialidade. Então essa galera começou a brigar pela terra, daqui a pouco eles estão vendo que a terra tem um mecanismo de tirar eles da terra.

Então eles começam a o quê? Lutar pela territorialidade, dentro do ambiente que é a Região Amazônica, que não é, tipo assim: “vamos ali no quilombo, 2 horas”. Não. É treta. Não é igual Quilombo de Paraty, por exemplo. Não, meu irmão. É mata fechada! E aí é chovendo, é Rio. “Pô, vamos ali na aldeia indígena”. Não, o bagulho de… as pessoas não conseguem se locomover.

Imagina nos conflitos que estão vivendo, e aí são grandes espaços que tem ferro, níquel, manganês, gás de Xisto, cobalto. Tem a porra toda, os minérios todo todos.

Todos os minérios estão ali debaixo. Mas aí também tem o agronegócio querendo expandir para ali. Os fazendeiros de arroz querendo entrar no Marajó, onde é tudo população tradicional, onde é tudo unidade de conservação. E aí tem as unidades de conservação sobrepostas aos territórios tradicionais. E aí, está o grande mosaico da Amazônia montado. Tem várias coisas acontecendo e essas populações não estão sendo ouvidas. Por que? Porque elas são pretas, porque elas são índias, porque elas são ribeirinhas, elas não fazem parte do processo da relação capital-trabalho. Elas tem uma outra relação com aquela terra. Elas tem uma outra relação de tempo.

Ontem, na quarta-feira, a quilombola falava uma coisa que se um capitalista ouvir ele vai ficar doido: que o caboclo ele vai trabalhar de manhã, 4 horas da manhã, na roça dele, dá 10 horas ele vai comer aquele pratão de caldo com a mandioca, que ele tirou, vai para casa estrebucha no açaí, e dorme. Acabou o dia para ele. Aí, o capitalista vai ouvir aquilo: ”*porra, vagabundo! Trabalhou somente de manhã*.” Mas qual a relação do trabalho? Qual a relação da terra? É territorialidade. Na verdade, a gente impôs a eles um modelo que não é deles, e não perguntou se eles querem esse modelo. Ele diz, que olha lá, que foi outra coisa que tu viu: “*estou com fome, vou comer peixe, com farinha e açaí*”. O que que tu vai fazer? Tu vai pegar R$ 50, que tu trabalhou, e vai comprar o peixe. O que que ele vai fazer? Vai olhar para o alto, olhar de novo, vai olhar para o chão, vai ver um mato, vai torcer, vai botar no pé, vai pegar um facão, botar nas costas, e tu tu tu tu xiiiiii. Desceu. Vai pegar o açaí, vai pegar uma água no rio, vai esquentar água com a lenha. Só aí já demorou 40 minutos, 50 minutos. Vai esquentar, vai botar o açaí ali, vai botar na água fria, mais uma hora.

Vai bater o açaí dele, ele vai comer o açaí e pronto. Vai fazer a quantidade de açaí para ele comer. Vai comer com peixe e a farinha, e vai dar uma descansada.

Qual é o problema disso? A relação é diferente. Não adianta a gente impor algo, porque toda vez que a gente impõe a gente está fazendo uma relação pautada na desigualdade, aonde a gente está submetendo o outro a nossa forma de ver o mundo.

A gente está, desde o momento que a gente obriga que um padrão de escola seja um único padrão, desde o momento que a gente obriga que um padrão de vestimenta, de organização para as mulheres, seja um único padrão, ou para as crianças. E isso tudo é diferente a estupro, por exemplo, ou a exploração sexual, tá? Porque uma coisa é aquilo que decorre da própria relação de envolvimento com o território, e a outra coisa é aquilo que envolve a minha relação, dentro do território, de força com outro, que viola direitos humanos. E isso não pode permitir.

Mas a relação daquela comunidade com o território, que pressupõe modos, por exemplo, dessas crianças estarem aqui tomando banho, e elas estão tudo peladinha, e elas estão aqui com uma mulher, mas podia estar aqui com alguém que podia assediar elas, e aí isso é crime, tá? Porque não pode dizer que isso é cultural. Mas ela estarem aqui brincando é cultural, é a forma delas brincarem, que não é a mesma da criança…

Então tudo isso, ela estarem ajudando o pai na lavoura na hora que o sol está baixo, mas não está substituindo o pai, e aquilo ali para ela é um processo de aprendizagem, quando aquilo ali passa a ser um processo de obrigação, aí é trabalho infantil. Não são eles quem tem que se adaptar à gente, é a gente que tem que se adaptar a eles.

O grande problema é a gente aceitar que a gente pode estar errado. Que a cultura ocidental, que a cultura europeia, que a cultura branca, que a cultura eurocêntrica, que a cultura de homem… Por que? Por exemplo, o feminismo não contempla as relações negras, indígenas. Não contempla. O marxismo não contempla. Os direitos humanos, não contempla. Não contempla, porra. São perspectivas… A própria convenção 169. Ela fala o quê? De povos, indígenas e tribais, mas ela não contempla ribeirinho, no texto, mas na interpretação sim, cigano, quebradeira de coco babaçu, entendeu? Pescadores, parelheiros, não contempla.

**LUCIANE:**

Na estratégia de atuação da Defensoria Pública, eu percebo que vocês trabalham com alguns casos que são individuais mas que podem gerar jurisprudência, não é, de uma maneira geral, não é, para o povo. Talvez seja esse o caso da Gilmara, da Elisângela, não é? Você pode falar um pouco desses casos?

**XXXX:**

… da Fabiana.

Assim, quando que a gente percebe que um caso ele é estratégico e quando um caso ele não é estratégico e quando ele for estratégia ele vai ser tratado pelo Núcleo dos Direitos Humanos?

Quando ele vai envolver uma forma de interpretação do Direito. Toda vez que o caso decorrer de uma interpretação, ele necessitar para se resolver de uma interpretação do Direito que esteja pautada em valores que contradizem as relações de dominação da sociedade, ele passa a ser um caso estratégico.

Na hora que ele for sedimentado, na hora que houver uma sedimentação numa forma de pensar, e aquela forma de pensar foi alterada, ele deixou de ser estratégico e cumpriu a missão dele, e não precisa mais, e ele não vai ser mais violação de Direitos Humanos. Porque a sociedade já reconheceu o Direito daquela suposta minoria. Entendeu?

Então, existem casos individuais, como a Gilmara [Tembé], por exemplo, como o caso de uma estudante tembé indígena, que mora com seus pais numa zona urbana, que tem perspectivas de zona, entre aspas, não urbanas, que tem uma praça com mato em que as crianças dela estão brincando e um policial proíbe as crianças dela de brincar, e começa a dizer “*vocês são índios? Se vocês são índios, volta para Aldeia!*” Se vocês são índios… O que que ele está falando isso? Índio é aquele que está na aldeia, então já é um caso de discriminação.

Esse caso merece atenção da Defensoria, em uma perspectiva o quê? Isso também aconteceu com Angélica, isso também aconteceu com a… Só que elas foram invisibilizadas, como tantos outros.

Como pode ser o caso da Gilmara, o primeiro caso de racismo contra o indígena, e no processo do caso, até ela ser listada na delegacia de crimes raciais como racismo, houve uma resistência para registrar na delegacia de crimes cometidos por policiais. Ou de crimes militares, porque ele é policial militar.

Isso me soou estranho, porque foi racismo. Ele só fez aquilo, ele não fez aquilo pela condição dele de polícia, ele fez aquilo pela condição da vítima de indígena e dela não negar... quantos negam a sua ancestralidade porque tem medo de ser discriminados? Então, o caso dela passa a ser um paradigma, porque ela não negou a ancestralidade dela, e se colocou em situação de risco e vulnerabilidade. Mas até para fazer isso a gente tem que montar uma estratégia para não colocar ela em risco porque, às vezes, a gente acha que defender o direito de alguém é fazer aquilo que está escrito, mas não é fazer aquilo que está escrito.

Porque, às vezes, aquilo que está escrito ele não pensa que a pessoa pode estar em risco, pode ser colocado em mais risco ainda. Então, você tem que ir fazendo as coisas… Eu demorei três meses para registrar ocorrência, porque eu fui fazendo as coisas gradativamente para ver se ele não se voltava contra ela. Porque meu objetivo não é registrar ocorrência. Eu fico feliz, no primeiro caso, beleza. Mas eu não queria registrar, eu queria que ele tivesse parado com a movimentação e a articulação. Então, às vezes, um problema não se resolve com uma ação, ele se resolve com articulações, com construção de rede que constrange alguém naquilo que ele está fazendo. Porque o que você quer não é punir quem está fazendo, o que se quer é fazer com que aquele aquela pessoa que está fazendo aquilo pare e a pessoa que está sendo vítima deixe de estar em condição de vulnerabilidade.

Porque se a gente pensar só no punir, a gente pensa no agressor e não em quem está sendo agredido. E a gente, muita das vezes, coloca o agredido numa situação de risco maior do que ele estava no início.

**LUCIANE:**

Quais outros casos você julga ser paradigmáticos, assim, tal como o casa da Gilmara?

**XXXX:**

Eu acho que o caso do Pitauã, porque o caso do Pitauã, da mudança de nome para colocação do nome indígena, foi algo que nos fez fazer as ações coletivas em Oriximiná [municipality], em Cachoeira Porteira [quilombo]. Foi o que nos fez fazer em Jacareacanga [municipality], foi o que nos fez fazer com os indígenas de Tomé-açu [municipality]. O que estamos nos fazendo, brevemente, com Jurunas [barrio in Belem], que foi começar a discutir o direito fundamental à identidade, ao nome étnico e ao nome da indígena nos faz mostrar para a sociedade que eles têm uma identidade própria, mas também nos faz mostrar para Defensoria um modo de trabalhar pautado no pluralismo jurídico e no multiculturalismo.

**LUCIANE:**

Como você defende essas duas teorias?

**XXXX:**

O pluralismo jurídico é que as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos possuem os seus sistemas de organização social próprio. Todas as sociedades que têm um sistema de organização social também possui sua produção de regras, de leis, de normas, que organizam aquela sociedade. Só que a tradição jurídica Judaico, Germânica, Cristã e Romana presume sempre que exista apenas um órgão formal de produção de leis, aniquilando todas as outras fontes produtoras de normas dentro de cada grupo social.

O pluralismo jurídico vai dizer que, dentro de um mesmo Território nação, vão existir territorialidades e sistemas de organização social próprios, e dentro de sistemas, vão existir produções de normas. O direito ao nome dos indígenas é uma produção de norma que contraria a lei de registro público em alguns momentos. Por isso que o nome do Pitauã era Fabiano, porque Pitauã ninguém sabia ler e era constrangedor, segundo o processo, mas é um processo ligado a uma ideia de raça, de subdesenvolvimento. Então, a estratégia do nome é, na verdade, uma forma de brigar… Um nome, na verdade, talvez seja a maior briga para mostrar uma questão divisão de raça. Que parte…

**LUCIANE:**

Ninguém briga para nomear alguém Washington ou Stephanny...

**XXXX:**

Não, porque são nomes brancos! Entendeu? São nomes de tradição de um sistema, entendeu? Branco. Que não tem uma representatividade de um povo que liga a uma territorialidade, entendeu?

E aí, dentro disso você tem um multiculturalismo. Que é o quê? É permitir, por exemplo, que se pense que as crianças indígenas têm uma outra relação de tempo e espaço. Que a relação os Quilombos é uma outra relação com o universo que está ao redor deles.

Tu vai entrar no Quilombo e vai perguntar para uma criança: “*que árvore é aquela alta al*i?” E ele vai te dizer: “*é a árvore de preguiça, porque é a árvore em que a preguiça mora ali.*”. Ou, como disse a senhora, lá no Quilombo o garotinho dela vai saber o nome de todos os peixes. Você não sabe, eu não sei. Uma criança da zona urbana não sabe. Ele só sabe do que ele vê no livro. Isso é o que? Isso é cultura, não é folclore. Carimbó não é folclore. Bater no tambor, na tabaca, e saber qual é a madeira não é folclore. É cultura. Isso é multiculturalismo.

Porque toda vez que tu fala que algo do negro, do índio, é folclore, você está estabelecendo que existe a cultura e o folclore. Então, você fez assim, ó, um que está maior e um que está menor. Isso é o que? Racismo. Então, trabalhar com o pluralismo jurídico e multiculturalismo, é a trabalhar com teorias que possibilitam falar para o universo jurídico racismo sem dizer que é racismo, e falar que é multiculturalismo e pluralismo jurídico, numa perspectiva sistêmica de mudar a forma de se pensar.

**LUCIANE:**

Foi assim, então, que você adotaram as Teorias de Descolonialidade e de Direito Crítico?

**XXXX:**

É, isso aí a gente ainda não adotou, não. Isso aí a gente está impondo aí, entendeu?

Eu acho que, assim, o que que está acontecendo: aos poucos a gente, eu e a Juliana, a gente vem trazendo, cada um na sua perspectiva de atuação, na sua perspectiva de olhar, as teorias que conseguem fazer a gente codificar o problema que a gente recebe. Não é a teoria que chega antes do problema, é o problema que chega antes da teoria, e a gente vai buscar uma teoria para resolver o problema. Os problemas estão chegando, e a gente não sabe como resolver, porque não são problemas em que a norma positiva encaixa o direito, e pronto.

São problemas que a gente precisa ler e buscar algo que nos fundamente e que nos dê uma forma, um instrumento, para instrumentalizar o próprio instrumento que nós somos. Entendeu?

E aí, a descolonialidade, tudo isso, passa ser isso daí para gente, entendeu?

Essas formas… A litigância estratégica, teoria decolonial, multiculturalismo, pluralismo jurídico na perspectiva decolonial, a teoria e crítica dos Direitos Humanos na perspectiva decolonial, passa a… A utilização de autores hispânicos-germânicos e autores latino-americanos, passa ser isso. Para a gente poder entender o que a gente está vivenciando, entendeu? É uma coisa que a gente vem fazendo.

**LUCIANE:**

Então o Direito é uma reprodução para a perpetuação do racismo, qual a estratégia da litigância.. da litigância, não. Ainda bem que vídeo tem corte. Como rem uma plaquinha bem ali…

**XXXX:**

Justiça restaurativa.

**LUCIANE:**

Justiça restaurativa. É uma estratégia para isso?

**XXXX:**

Sim. Então. A Juliana usa a justiça restaurativa como estratégia para isso, entendeu? Eu já não trabalho justiça restaurativa, porque eu já trabalho com uma perspectiva de desigualdade na relação de forças, que a justiça restaurativa traz perspectivas de relação de forças capital e povos tradicionais não se aplicam. Mas para as perspectivas de pessoas que estão na mesma relação de força, não econômica, se aplica, entendeu?

Então, a justiça restaurativa seria uma forma para [os casos] onde você não tem relações de forças econômicas, entendeu? Porque eu já, não sei Juliana, mas eu já não acredito na justiça restaurativa, e eu não trabalho, como uma perspectiva de conciliação num universo de relação de forças, entendeu?

A perspectiva na relação de forças capital, coisa para mim, é o próprio, o que mexe no próprio capital, entendeu? O que implica no capital, que aí eu já uso o conceito de litigância estratégica nessa perspectiva, entendeu? De litigância estratégica. Por exemplo, se para o capital a imagem é importante, então vincular a imagem do capital como quem desmata ou quem coloca em risco, então é por aí que… Risco de crianças e adolescente vai ser essa a estratégia, entendeu?

**LUCIANE:**

Fala um pouquinho mais dessa lógica do constrangimento do Capital. Por que que é importante a imagem para o sistema Capitalista?

**XXXX:**

Olha só, esse cartaz diz tudo sobre isso: “*Vale: eleita a pior empresa do mundo*.” E aí, um trabalhador andando com um lancinho, que você vê que ele não está trabalhando, o trem e toda a terra que ele está em cima, um grande buraco. Aonde ele vai plantar? Como é que ele vai passar para o lado de lá com com a produção dele? Como é que está esse território aonde as 60 milhões de toneladas estão passando? Cadê as plantas que existiam ali, a água, a floresta que existiam aqui tudo? Que era fonte de vida daquelas populações?

Então, quando a justiça dos trilhos faz uma campanha para as pessoas votarem na Vale, e quando vincula os assassinatos, porque não são acidentes, são assassinados. As pessoas que morrem na linha de trilho não são acidentadas, são assassinados. O navio que virou com 5 mil bois, não foi acidente, foi desastre. Mariana não foi acidente, foi desastre, entendeu?

Então, essa é uma relação… Quando acontece, porque eles vivem de bolsa de valores.

Se eles querem ganhar, não sou contra eles ganharem não. Eu acho que a gente vive numa sociedade capitalista, eu não sou contra a sociedade capitalista, mas a gente vive. Então, é o modelo? É. Porém, existem coisas que tem que ser respeitadas, e uma delas é a dignidade da pessoa humana. Para as populações tradicionais o território é componente da dignidade da pessoa humana. Se ele é componente da dignidade da pessoa humana, e a dignidade da pessoa humana é o vetor axiológico do nosso ordenamento jurídico, eu não posso colocar em risco o território dela, porque vai faltar água, porque vai faltar comida, e isso ela precisa de espaço sobreviver. Se não, ela não sobrevive. Então, se eles encaram isso como commodity, como valor econômico, tem que mostrar que eles vão destruir aquele valor econômico, que eles vão perder dinheiro. E isso que eu estou falando.

**LUCIANE:**

Qual é a eficiência que você vê até agora com relação a esse constrangimento, a essa denúncia? Você acha que é possível que eles deixem de ter os investimentos?

**XXXX:**

Primeiro, que quem tem que fazer isso não são os instrumentos do sistema de Justiça, não é a Defensoria, não é o Ministério Público, não. Esse é um processo de construção das Comunidades, e as comunidades precisam entender que elas têm direitos. Esse processo de constrangimento não é algo que é assim “ah vamos”, não. Não é isso. Ela vai num processo de negação de direitos. O direito é negado, se a gente vive numa democracia e todo mundo preza pelo Direito, inclusive as empresas nas relações contratuais, elas têm que respeitar o Direito também. Se é direito das populações serem consultadas antes de uma linha de trem de transmissão passar, assim como é meu dever pagar energia elétrica que a linha de transmissão gera, antes dela me cobrar, para ela ter o direito de me cobrar, ela tem que andar na linha com as populações que estão sendo afetadas. Na verdade, é uma relação… A gente, a sociedade toda, tem que perceber que a relação de mercado é uma relação que tem que, antes, guardar respeito com as leis, que é uma relação de lei mesmo.

Senão a sociedade vira… Senão não vai ter mais ninguém na sociedade, vai começar todo mundo se matar. Então, essa forma de vida ela tem que ser eficaz porque ela é necessária para que você viva, e para que as pessoas na Inglaterra vivam, para as pessoas na França vivam, para que as pessoas na China vivam. Porque as pessoas lá na China não tem mais mato, não tem mais floresta. Por que que elas estão sofrendo as mudanças climáticas? Por que que a Suécia disse que não vai dar mais dinheiro para o fundo dema, o fundo Amazônia? Porque, hoje, o desmatamento está aumentando, e o desmatamento vai aumentar quando você tem um aumento de empreendimentos minerários. Ou então, dá uma acalmada aí no minério, porque senão a gente não vai viver, vamos viver no Avatar. E as pessoas querem viver por mais cem anos, querem ver seus filhos… Tu não quer viver? Todo mundo quer viver. Então, na verdade, quando a gente entra numa onda de “*vamos explorar o planeta Terra*”. Meu irmão, ninguém vai viver. Vai viver meia dúzia lá em Marte. Pô, eu quero viver com um montão de gente. Festa com um montão de gente é mais legal do que festa com três pessoas. Não é mais legal? É. Então, o que a gente tem que ter é uma consciência de que, tipo, a casa é comum. E que a gente precisa que os quilombolas, com esse bando de árvores em pé aqui, garantem que a gente tenha um açaí de qualidade mais barato aqui em Belém. E garantem, também, que o cara tenha um licor de açaí - que tu está levando - bom.

É a realidade, cara, que as pessoas não conseguem… E garante que o cara lá na Alemanha respire, e que garante que o cara... Entendeu? Porque o dia que não tiver isso aqui, meu irmão, acabou. O dia que os países latino-americanos e os outros países que ainda tem mantida às suas consciências tradicionais, as suas cosmologias tradicionais, forem tomados por espaços e ambientes de commodities, as pessoas no mundo todo, sejam elas de qual é a classe, são submetidas à mudança climática. A esses furacões aí que eu não sei o nome, que eu não sei falar inglês. Essas coisas todas, porra. É tudo sistêmico.

**LUCIANE:**

Como que você vê a posição do Brasil frente às convenções que poderiam proteger a Amazônia e barrar esse progresso? Ou, é, implementar esse tão falado progresso mas de outra forma, respeitando as populações. Como que você vê a posição do Brasil?

**XXXX:**

Primeiro, eu acho que o termo progresso para mim, é o termo, como desenvolvimento, é um termo racista. Por que que é racista? Ele é cunhado numa realidade que não é a realidade da América Latina. Ele é planejado sob uma perspectiva teórica que não é perspectiva teórica dos povos da América Latina. Então, a gente tem que, talvez, mudar para envolvimento, ou para mudar em uma perspectiva… Não dá para achar que progresso e desenvolvimento é diferente. Não, não é diferente. Progresso e desenvolvimento é uma só coisa, e ela pressupõe uma relação com o ambiente de forma econômica. Desenvolvimento está ligado a: um é menos desenvolvido, um é bárbaro e outro é desenvolvido.

Na palavra desenvolvimento pressupõe a existência de duas coisas antagônicas: o bárbaro e desenvolvido. Quando eu falo “*o outro é o bárbaro*”, e quem é o outro? O outro é o africano, o outro é o latino-americano. E eu só quem? O europeu, o desenvolvido. Quanto tu lembra de desenvolvimento, tu lembra de quem? Eu lembro da escola: países de primeiro mundo são desenvolvidos. Está lá no livro da escola, porra.

E os países de terceiro mundo são os? Subdesenvolvidos. E o que que eles querem ser? Desenvolvidos.

E como é que é o desenvolvimento? Indústria. Indústria contempla a realidade dos povos? Não contempla. Então, a primeira coisa é incompatível. Vamos mudar as classificações, vamos mudar as formas de ver as coisas.

Então, dentro disso, as convenções internacionais, em principal convenção 169 da OIT, e todos os outros tratados que vão se relacionar com ela, como o Tratado interamericano dos povos indígenas, como a convenção de segurança alimentar, tudo isso vai dar uma relação em que a tradicionalidade, que é a convenção internacional do patrimônio genético, a COP21, as COPs, vão dar uma ideia de quê? Que os povos tradicionais, os povos originários, deixam a condição de tutela, deixa uma condição de serem meros - e acho que a rio-92 começa a fazer isso-, deixam eles, tiram esses povos da condição de espectadores, estudados e observados, para atores e eles passam a falar e a dizer qual é a perspectiva de desenvolvimento para eles.

Isso não é algo harmônico, isso não é algo posto, isso é algo construído, é uma construção, é algo em construção, que tem antagonismos, que têm falhas, que tem cooptações, que tem rompimentos e rupturas, e é o que eu vejo.

O Brasil precisa conciliar o modelo de desenvolvimento que escolhe como o modelo Nacional na perspectiva capitalista, com a possibilidade de reconhecer que essas comunidades tradicionais produzem direito, e se produzem direito, o direito delas tem que ser respeitado. Independente de existir um Congresso Nacional que não representa essas comunidades, que representa o modo de pensamento capitalista. Beleza, tranquilo. Então vamos reconhecer também, porque as convenções internacionais reconhecem, que as comunidades produzem seus próprios direitos e aí a gente tem que fazer com que esse direito dialogue. O protocolo de consulta das Comunidades tradicionais ele é legal, constitucional e passa pelo crivo do controle de convencionalidade, porque tem fundamento jurídico na convenção 169, que virou o decreto 5051. Por que? Porque o Decreto 5051, que é a convenção 169, que tem status maior do que as leis e menor do que a Constituição diz, no artigo sexto, “toda vez que tiver alguma coisa, um ato administrativo, ou legislativo, as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, devem ser consultadas sobre aquele ato, empreendimento, lei, construção de Escola, modelo de educação, modelo de saúde, através da forma que cada uma das Comunidades determina, porque eles não são iguais.” Ouvindo as instituições das Comunidades representativas. E quem vai ouvi-los? O governo. Por que? Porque eles estão dentro do território, de quem, do governo. Eles são cidadãos nacionais de um país. Mas a eles a garantia do direito à diferença, porra, que está na Constituição isso, mas eu acho que as pessoa não estudam. Fala aí.

**LUCIANE:**

Cansado?

**XXXX:**

Não, fala aí.

(pausa para ir ao banheiro)

**LUCIANE:**

Então, dentro desse contexto do agronegócio, das violações dos direitos dos territórios, como se dá a violência contra a população negra, de matriz Africana, indígena, enfim, aqui na região? Quais são os aspectos da violência contra esses povos?

**XXXX:**

É difícil falar porque são muitas. Então, é... eu não vou saber… Ela vai se dar de diversas formas, desde das ameaças e das concretizações de assassinatos às lideranças. É… e aí, a gente pode estar pensando, porque acho que é importante, muitos dos territórios que estão se organizando e lutando contra os avanços dos empreendimentos, eles vivem, constantemente, uma relação de medo por conta dos assassinatos de lideranças. Homens e mulheres… Tu parou de gravar?

**LUCIANE:**

Não, está só o áudio, pode continuar…

**XXXX:**

… de homens e mulheres que tiveram suas vidas ceifadas por conta das suas atividades enquanto militantes. É, em alguns momentos, não se liga a morte dessas pessoas a sua condição de militante, mas as populações ficam sempre se perguntando - e aí eu estou falando ainda das populações quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agristativistas, as populações tradicionais-, e os demais membros da comunidade se perguntam sempre se ele tivesse parado de exercer, se aquela pessoa que foi assassinada tivesse parado de exercer sua atividade, se ela teria sido ou não assassinada.

Eu eu gosto de falar, comentar dando um caso. E, um caso para mim que é muito emblemático, é o caso do território do jambuaçú, que fica localizado no município de Moju, na zona, na região que a gente chama de região tocantina do Estado. Que é um território quilombola, que está dentro de um grande território de várias outras comunidade, mais ou menos 12 comunidades quilombolas, de 12 a 16. Mas esse território, desde da década de 70, ele é circundado por empreendimentos do agronegócio, de uma empresa de dendê, que tem como objetivo retirar aquela comunidade, aquela comunidade quilombola daquele território do Jambuaçú. O jambuaçú é composto por várias comunidades quilombolas menores, cada uma com sua associação e com as suas lideranças. E eles se organizam numa grande Associação, que é a Bambai, que a Associação de todo território do Jambuaçú.

E aí, porque o quilombo ele reflete um pouco de como era a África, que as pessoas acham que isso daí é bem emblemático. Todo mundo acha que os africanos que vieram para o Brasil eram iguais, não eram não, tinham várias etnias diferentes. É a mesma coisa os territórios quilombolas, o território de Jambuaçú, é um território que tem várias vilas, várias comunidades, e eles se organizam ali.

Então, na história deles, várias pessoas foram assassinadas na busca da terra. Por exemplo, abrindo um parênteses, na comunidade do Abacatal o Sr. Raimundo conta a história dele, das vezes que ele foi ameaçado, e ele é um descendente direto das três Marias, que eram filhas do Conde, que deixou a fazenda para eles. E as filhas dele já foram ameaçadas, já sofreram preconceito e discriminação. Ele já foi ameaçado. Toda vez que tem as reintegrações, as lideranças são ameaçadas de morte, são criminalizadas.

Então, a dona, voltando para Jamboaçu, a Dona Maria Trindade era uma liderança antiga que se opunha à forma que a empresa conduzia o processo de negociação da empresa de dendê, a Hidro que tem o mineroduto que passa dentro do território, ou a Equatorial que tem a linha de transmissão que passa dentro do território deles. Então, em abril, maio… Acho que foi maio ou junho, a Dona Maria Trindade foi assassinada por um rapaz que era filho do caseiro da empresa, a Borges que eles tem briga. E o filho dela e a nora dela passaram a ser lideranças no lugar dela. E o filho dela, então, essa já é uma outra, além das ameaças, além das concretizações de morte, que as lideranças… As pessoas aqui são assassinadas! Isso, aí, tu tem que colocar. As pessoas aqui morrem. No Jamboaçu, foram assassinados mais de 8 pessoas: um padre, eles que contam… A Dona Maria Trindade. As lideranças são assassinadas! Elas conversam contigo hoje, amanhã elas são mortas, entendeu?

Por lutar pelo território, por lutar pelo direito à consulta, a ser respeitado. Mas elas também são criminalizadas. Elas são criminalizadas por aqueles que detêm o capital. Elas são colocadas como desmatadores, como você presenciou a conversa com algumas pessoas, como você gravou e ouviu. Não precisa eu falar, não sou eu que estou lá, são eles. Eles. Então, o filho da Dona Trindade hoje, uma das formas de violência, é a criminalização dos movimentos, dos militantes, que muita das vezes impede que a gente coloque eles no Programa de Proteção, que não funciona. O Programa de Proteção Nacional não funciona, o programa de proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos, que era uma estratégia que a gente tinha para manter esses militantes dentro do território, porque o que querem é tirar os militares do território, para calarem e fazerem com que as pessoas tenham medo, e parem de lutar pelos seus direitos, e aceitem as compensações. Porque eles não querem compensações, eles querem poder participar e dizer qual é a forma de desenvolvimento que tem que ser adotada. Então, o Programa de Proteção Nacional dos Defensores de Direitos Humanos é um problema porque não está funcionando como deveria. A gente tem uma lei do Programa Estadual, mas ele ainda não foi implementado. Isso aqui é importante, espera aí. É… pessoas que ocupam as cadeiras, que agora eu lembrei aqui. Tem que anotar aqui.

Aí, então, o programa de proteção é uma outra forma de violência, porque uma violência são os assassinatos das lideranças quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos, das populações tradicionais. Outra é a criminalização dessas lideranças. Eles têm o uso da Terra, do território. Como é que eles vão construir casa, ponte, se não houver um manejo florestal? Como é que eles vão sobreviver se não houver um manejo Florestal?

Então muita das vezes, esse manejo é dito como desmatamento. Às vezes, um quilombola, além de estar no território coletivo, ele tem do outro lado um território individual, como um montão de gente tem. E aí, as pessoas começam a criminalizar essa conduta. Ah, outra coisa é o seguinte: o código florestal, de 2015, criou o negócio chamado de cadastro ambiental rural. O cadastro ambiental Rural é a identidade que os proprietários e possuidores de um território tem em relação ao território dele. Esse cadastro é do governo, o governo que tem que fazer com as informações que a pessoa dá. E o que que está acontecendo? Está acontecendo que empresários estão fazendo cadastro de territórios coletivos como sendo individuais. Estão fazendo cadastro super-posicionando a terras quilombolas e indígenas, o que está causando um impacto. Então, uma outra forma de violência é a violência do Estado em relação às políticas públicas, e uma delas é o Cadastro Ambiental Rural.

Outra violência cometida pelo Estado em relação às políticas públicas, é a violência no sistema de educação. A gente estava conversando em uma escola quilombola, uma escola sem ventilador, sem carteira decente, sem um bebedouro, sem um banheiro para as crianças, sem material audiovisual, toda destruída, que quando chove… Isso é uma violência, mas também é uma violência o sistema educacional que não considera a realidade cultural. Mas também uma violência a falta de um CRAS quilombola, um posto de saúde para as Comunidades Quilombolas, um local para os professores ficarem lá quando vão dar aula. Mas é uma violência também a não oitiva das Comunidades Tradicionais para as políticas públicas, sejam elas no território de direito, sejam elas de projeto de desenvolvimento. Isso é uma violência. Há relatos, naquelas comunidades que a gente foi ontem, da Dona Socorro, que ela quando foi, ela vai para escola e ela vai com uma peixeira, porque antes ela estudava numa escola perto e teve que ir para uma escola longe quando mudaram de município as escolas. Ela vai com uma peixeira, porque ela tem medo de ser estuprada.

Então, se nas palavras dela, se alguém vier em cima dela, para estuprar ela, ela vai cortar o bucho do camarada. E aí ela vai ser presa. Presa por quê? Porque ela estava se defendendo e garantindo o direito dela de estudar e de ir e vir. Então isso é uma outra violência.

Então, essas são as violências cometidas contra as populações tradicionais, que também se refletem para os indígenas, no que tange a questão da não oitiva, da política pública como violadora de direitos, como uma violência estrutural e sistêmica do próprio sistema, de não olhar o outro no seu direito de individualidade de identidade.

E aí, a gente, quando a gente fala, por exemplo, dos Pais e Mães de Santo das religiões de matriz africana, além da violência decorrente da condição de negro, na perspectiva do indivíduo, há a violência numa perspectiva de coletivo quanto à religião.

Mas essa violência quanto à religião, decorre da ameaça que as religiões de matriz africana colocam dentro, do próprio sistema, da relação do próprio sistema capital-trabalho, porque na relação das religiões de matriz africana, e aí, também sofrem brancos que praticam a religião. Por isso que eu estou dizendo que, além de ser uma questão da cor da pele, eu vou dizer assim, é também em uma perspectiva cultural, e aí eu uso a ideia de raça também como uma perspectiva cultural, porque essas religiões quebram com o modo de organização das religiões.

Hoje, no que predomina neopentecostais, que ditam uma relação de Capital. A relação das religiões de matriz africana ela está ligada com o negócio que tu não está vendo, que é o Orixá, meu irmão. E o orixá traz uma história de luta. Cada orixá tem um exemplo de luta, cada orixá cuida de um ori, cada orixá dá o sentido da vida. Opa, fudeu. Porque Deus vai te proteger, mas o que tu está passando aqui, tu tem que passar.

Mas ele vai te garantir a vida na eternidade. Opa, esse bagulho de orixá é perigoso. Porque ele doa o sentido da vida e vamos perseguir. É isso que está acontecendo. Mas eu não estou dizendo que é isso que é a visão do cristianismo, não. Estou dizendo que é a visão das religiões neopentecostais. Porque o cristianismo não é nada disso. Cristianismo, religião cristã… Deu tiuti aí, beyblade? Mas tu não carregou a outra?

Não, porque essa parte tem que gravar, pelo amor de Deus.

[...]

Aí, o grande problema, como estava dizendo, aquelas religiões de matriz africana vão trabalhar com uma outra relação, uma relação que todo mundo vai comer, até o Orixá que cuida do Ori de cada um, e que ele vai orientar a vida das pessoas.

Então, isso é algo perigoso, e volta a ideia de que não é cultura. A relação da ancestralidade nas religiões de matriz africana estão vinculadas com o território, com a territorialidade, com o que é colocado naquele território e vivenciado naquele território. Com as músicas, com a dança, com as folhas. Cada orixá tem suas folhas, têm seus banhos, têm seus locais, isso também está ligado com a natureza. Para eu cultuar um Orixá eu não posso cultuar em um prédio, eu tenho que cultuar na natureza, eu tenho que ir para cachoeira. Por que que no Rio, as casas de matriz africana estão cada vez indo para os interiores? Então, a violência que é cometida nessas pessoas, está ligada à própria ideia ou à contra a ideia, que elas fazem… E aí eu vejo que essa violência é cometida mais pelas religiões de matriz africana. Porque, durante Círio, a gente vê um Pai de Santo vestido, paramentado com as suas guias, em uma procissão dita católica. Você vê uma Mãe de Santo em um barco, como eu já vi a Manetto, aonde tinha um padre celebrando a missa.

Você vê no barco em que eu estava Círio Fluvial, a cantora cantando músicas de Oxum, e o diácono lá, mas isso é difícil você ter a participação das igrejas das religiões Neopentecostais. Então, a violência contra as religiões de matriz africana, aqui está sendo muito intensa, as mortes, os assassinatos dos Pais e Mães de Santo, as agressões às casas de matriz africana.

É… mas também tem a violência por parte do Estado. Quando não garante as isenções dos impostos, quando não criam formas para que as pessoas tenham isenções no registro do CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica], e transformem as casas em Pessoas Jurídicas. Dentro dos ônibus, quando alguém levanta porque uma Mãe de Santo está com a roupa dela, ou com a guia, ou alguém quando uma pessoa do Santo entra dentro de um banco e a porta trava, ou quando um Iaô está na rua e alguém xinga e faz alguma coisa. Então, eu acho que a violência vai… partir daí, ou ela vai, no caso dos indígenas citadinos, quando as pessoas dizem: “você é índio mesmo?” ou cria uma invisibilidade para eles, ou confundem eles com as pessoas, com funcionários no restaurante, outras situações, isso é violência.

E ela está... E é presente isso toda hora. Toda hora a gente está vendo isso. Ou quando a Gilmara Tembé, uma indígena, ela é violentada de várias formas, sistematicamente, pelas diversas condições dela. Todas elas é violentada: indígena, mulher, indígena citadina. Entendeu? Então, a violência vai se colocar dessa forma.

**LUCIANE:**

Quais são os entraves, que você percebe, do sistema?

**XXXX:**

O primeiro: as pessoas que ocupam esses cargos. As pessoas que ocupam esses cargos, elas ocupam os cargos do sistema de Justiça, elas são brancas, defendem é… Vem de uma cultura tradicional, elas foram formadas no pensamento tradicional, em um pensamento, dentro do sistema jurídico, pautado em relações hierarquizantes. Por outro lado, dentro dos órgãos que o compõem a política pública - não os órgãos do Sistema de Justiça propriamente dito, mas aqueles que compõem as políticas públicas, os executores -, você tem os problemas nos conselhos, porque aqueles que ocupam os cargos indicados pelo Governo às vezes não são indicados com perfil para aquele determinado conselho. Vou te dar um exemplo: o Conselho Estadual do Programa de Proteção Estadual dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Pela defensoria é a Juliana e eu. Aí, por um outro órgão ‘x’ não são aqueles que trabalham diretamente, mas alguém que indicado.

É porque a política da Defensoria, hoje, é colocar quem trabalha com aquela temática. Mas, às vezes, a política da Instituição, não necessariamente, é colocar aquele que trabalha com aquela temática. Então, eu acho esse um entrave.

O outro entrave, aí volto: as pessoas que ocupam cargo. E aí, eu lembro do caso da Elisângela, que o promotor, simplesmente, em vez… Porque a pessoa quer mudar a cor dela: ela é negra, mas quando ela nasceu o cartório botou branco. Aí, ela quer mudar para negra. Porque ela é negra. Aí, o promotor, primeiro, no pedido extrajudicial ele disse que não concordava porque não tinha embasamento jurídico na lei. E a dignidade da pessoa humana? Nós juntamos laudo da psicóloga, dizendo no processo judicial, que ela estava sofrendo por aquilo. A psicóloga da defensoria, fazendo um trabalho de perícia, fez todo um laudo, e a psicóloga era branca, com autores que discutiam a questão racial...

E aí, ainda no pedido extrajudicial ele diz: “não é possível porque não tem fundamento jurídico. Precisa… mas concordo que tire a cor dela da certidão de nascimento.” Muito legal. A pessoa vai ficar, lá nos documentos tudo, sem cor. Que legal!

Aí, eu penso para que que ele… Para que ele negue ela, por exemplo, aí o direito à cota. Então, ele é racista. Isso é uma violência, isso é um entrave, porque o parecer dele é importante para a concessão extrajudicial. Aí, eu entro com o Processo Judicial, e ele é que dá o parecer também no processo. Aí o negócio que podia demorar, e ela precisa da certidão dela para poder fazer a documentação dela na faculdade, podia demorar 2 meses, já demorou 9 meses. E é o tempo que nasce uma criança, vai nascer... Não! O cidadão dá um outro parecer falando a mesma coisa. Então, isso é um entrave. Se o juiz resolver, aí eu vou ter que recorrer.

Aí vou ter que recorrer, vou ter que recorrer, aí demorou, a mulher fez doutorado e eu estou recorrendo ainda. Então, não é a morosidade não, não a morosidade não, é a perspectiva branca, racista, eurocêntrica, de quem está ali. Que ao invés de olhar para dor dela, tem um laudo do psicólogo dizendo, para mim pode não ser importante, mas não é para mim, não é minha vida, porra! É a vida do outro. Dane-se para mim! Quando eu deixo a minha opinião pessoal interferir na vida do outro, tendo provado que houve um dano para ele, para o psíquico dele ali, eu estou sendo racista, porra. Então isso aí que é o meu problema.

Para mim, isso é um entrave, entendeu?

O cara quer ser racista, problema é dele, é até direito dele, numa perspectiva… Mas, o que não pode, é quando ele, como agente público, confunde, aí isso é outro problema, o público privado, porra. Eu, enquanto agente público, eu sou agente público, eu não posso imprimir a minha vocação religiosa, entendeu? Nem a minha vocação ideológica. Eu sou agente público. Quando eu tiro [o crachá], eu sou Johnny, aí eu sou... é privado.

Aí eu falo o que eu quiser, porra. Mas também, se eu sou uma figura pública, entendeu? Eu não posso defender algo que é antagônico, então esse é um outro problema. As pessoas entenderem, que quando elas são Defensoras Públicas, elas não podem defender a pena de morte, ou a redução da maioridade penal. Porque é antagônico ao cargo dela. Então, ela estuda, muda de cargo, entendeu? Aí, ela defende… Ela vira Procuradora do estado e defende a pena de morte. Está tranquilo. Mas enquanto a agente que está lá “Defende os Direitos Humanos”, não dá para defender o negócio que é antagônico. Então, as pessoas terem essa concepção.

Para mim, e o outro problema é o seguinte, que eu vejo, um entrave, hoje, para defensoria é a falta de recursos. Eu não tenho, para analisar, um estudo de impacto ambiental que vai ferrar os quilombolas todos, eu é que tenho que analisar, entendeu? Por que? Porque eu não tenho um técnico para me ajudar analisar. Eu não tenho um GPS para conflitar o mapa que está ali, o dado que está ali, com onde eu estou lá no território. Eu não tenho. Eu não tenho, parece escroto o que eu vou falar agora, um drone para confrontar a foto que eu estou vendo aqui, com a foto do Drone que eu estou fazendo. Porque o cara está me dizendo uma coisa que ele vai apresentar para o juiz aquilo, o juiz vai acreditar, vai nomear um perito, mas eu não vou ter ninguém para contrariar aquilo. Eu não tenho um programa para fazer um mapa, eu não tenho alguém que faça um mapa, entendeu? O que que a gente tem aqui na Defensoria? Uma servidora que daqui a pouco vai arrumar um emprego melhor, porque é isso que acontece. Eu não consigo, eu não tenho um programa para Estagiários que estão… para eu aproveitar aqui, entendeu? A bolsa do estagiário é R$500, é muito pouco, é uma miséria, quando as bolsas... então eu não consigo.

**LUCIANE:**

Qual é o salário da Yanca?

**XXXX:**

R$1500 reais. Entendeu? O que é pouco, daqui a pouco ela vai embora. A Yanca é muito boa, e daqui a pouco ela vai embora, entendeu? Sacou? Então eu tenho todo esse problema. A gente tinha um estagiário de Geografia, que ajudava, perdeu, porque o cara arrumou uma pesquisa, então se a gente tivesse um salário maior, armava. Não tem coisa, entendeu?

Então, isso é um entrave, a falta de orçamento, mas também a falta de conhecimento das pessoas sobre o papel da Defensoria, o que faz com que, por exemplo, a Defensoria, a gente não consiga apoio de organizações para auxiliarem como outras instituições tem, entendeu? Para auxiliarem, para fazer parceria. Isso ainda é um entrave dentro da Defensoria, entendeu? O que é um outro problema.

Aí, eu não tenho carro, entendeu? Eu não tenho carro para a gente fazer as viagens que é necessário, eu tenho problema da falta de diário, então, em um mês eu não posso, eu tenho um limite de atividades para fazer, entendeu? Porque, a diária para mim não é problema, o problema é a diária do motorista. Não tem equipamento, agora que a gente está com um melhor, tem o computador, mas um laptop, tem um scanner, mas a gente tem esse problema, então, se eu tiver que fracionar um documento de 2000 páginas, eu vou demorar três dias para fracionar.

Então, a falta de recursos da Defensoria para o trabalho que a gente está se propondo a fazer é um outro problema. E aí, eu vejo esse e vejo, também não só, outro entrave também, é que a Secretarias elas desconhecem as convenções internacionais ou conhecem e não se propõe a fazer. Porque eu acho que as pessoas estudam, elas tem dinheiro para comprar livros, então acho que conhecem. Então eu acho que conhecem, eu acho que dá uma de “joão-sem-braço” para ver se cola, e conseguem sair bem, entendeu?

Então acho que isso é o problema, e também desconhecimento que a Defensoria pode fazer as coisas que estão fazendo, que isso é desconhecimento mesmo, que não se aprende sobre Defensoria na Academia.

**LUCIANE:**

Nem sobre racismo….

**XXXX:**

Nem sobre racismo. Por que? Porque é tudo que está relacionado às pessoas que estão fora do processo capitalista de inclusão. Porque a gente é incluído aonde a gente tem que dar para eles, que a gente diz que está excluída do processo, entendeu? Tu tem mais uma pergunta das redes?

**LUCIANE:**

Isso. Na verdade tem outra depois… É… O que que é importante para você fazer o seu trabalho? Que tipo de apoio, construção, não é, colaboração com os movimentos...Como se dá isso?

**XXXX:**

Assim, nada que o núcleo dos Direitos Humanos, nas temáticas das populações tradicionais. Porque, assim, uma coisa que eu acho que… Quando a gente começou a trabalhar aqui, a gente achava que a questão racial era quando uma pessoa chamava alguém de “negro burro”, ou “negro fedorento”, ou isso, ou no máximo a intolerância religiosa. No momento que a gente começou a perceber que existe, vou fazer uma brincadeira, um “neo-racismo”, um “neo-preconceito”, a gente descobriu uma outra forma de preconceito racial, que era própria diminuição da produção das Comunidades tradicionais.

A gente passou a ver que as comunidades tradicionais… Deu bleybleide de novo, não é?

**LUCIANE:**

Agora parou de vez…

**XXXX:**

… a gente começou a perceber que as comunidades tradicionais também, elas vivem processos de racismo, de preconceito, os indígenas, mas não esse preconceito claro, colocado ali de segregação dentro do supermercado, ou de uma loja, que lá no NuCom a gente já fazia isso. No Núcleo do Consumidor a gente tem muitos casos de preconceitos que ocorrem dentro de lojas e supermercados, mas aqui a gente tem o racismo das crianças, dos jovens de periferia sendo assassinados por conta da chacina, das chacinas urbanas. E tem problemas com os indígenas citadinos. Mas também tem problema com os quilombolas do abacatal, um Quilombo semi urbano, em que está sendo achatado no processo de expulsão velada deles, daquele território, quando ficar insuportável de sobreviverem ali.

Então, qual a importância da rede de apoio? Primeiro, que a gente não tem grana para fazer nada disso. Infelizmente a Defensoria Pública do Pará, hoje, é sucateada. Não pela gestão que tenta fazer isso acontecer, mas pelo poder Legislativo e, em parte, pelo poder executivo, entendeu? Isso é um fato.

Mesmo o poder Executivo complementando o orçamento, pagando duodécimo, o Poder Legislativo, na aprovação da lei orçamentária, cagou e andou para a Defensoria. Porque ia tirar 0,1% do Ministério Público Estadual, 0,1%do Tribunal de Justiça, e 0,1% do Tribunal de Contas. E, é claro, quem é que tem a caneta? Eles. A gente não pode, a gente não tem poder de investigação, a gente não julga. A gente faz o quê? A gente defende preto, a gente defende pobre, a gente defende prostituta, a gente defende adolescente infrator, a gente defende quilombola. A gente defende, a gente não acusa ninguém, entendeu? Então isso já muda. A gente não é uma ameaça. Eles são uma ameaça. Então, ficarem do nosso lado… Então a gente não teve. Então, hoje…

**LUCIANE:**

Eles atuam como assistente de acusação?

**XXXX:**

Vou falar sobre isso, assistente de acusação, porque isso daí é outra situação interessante.

Aí, o que que acontece na rede de apoio?

Hoje, para ir nos territórios tradicionais, a gente está fazendo essas coisas, educação em direitos, nas Comunidades, a gente está fazendo ora com recursos da Defensoria, ora com apoio das organizações. Então, por exemplo, Cachoeira Porteira. A gente fez toda na articulação, que só aconteceu...o Ministério Público fez a parte dele, mas a gente articulou para que o balcão de direitos da Defensoria fosse, mas que o Pro-paz também fosse. Mas quem fez a pressão? O bispo da diocese de Óbidos fez a pressão, a Cáritas - porque o bispo pega o referencial da Cáritas, aí, então, a Igreja fez pressão- , mas o Deputado Bordalo - que é da Comissão de Direitos Humanos- também fez pressão.

Então a gente conseguiu levar, fazer a ação lá. Quando a gente fez Jacareacanga, a primeira vez, que foi mil índios atendidos em 5 dias, a gente foi no avião da Secretaria de Segurança, e fez o atendimento lá junto com o MPF e o MP estadual, em parceria. Quando foi em São Félix, foi através de uma articulação, um pedido para a Defensoria Geral através de outros apoios. Então, o protocolo de consulta do Abacatal, foi porque a FASE, através do projeto dela, está tendo recurso para fazer as oficinas lá, as atividades lá. A mesma coisa nas outras Comunidades.

A gente vai fazendo com a parceria, e às vezes a gente tem condição de pagar a nossa passagem, mas às vezes não tem, então a gente vai a convite de um projeto da igreja, de um projeto de uma organização, vai dar uma oficina para organização e fazer o nosso trabalho. Então, a gente busca o quê? Essas parcerias, essa rede de apoio, faz com que a gente viabilize. Então, por exemplo, a gente vai em janeiro, fevereiro para os kayapó, vai ser o CIME que vai custear, entendeu? Então, em paralelo a gente faz atividade para o CIME, dá uma oficina com o CIME. Então a gente vai fazendo essa relação. Mas a gente sempre procura os apoios com as entidades que não estão comprometidas com determinados projetos. Ou entidades governamentais como ICMBIO, por exemplo. Ou entidades da sociedade civil, que elas têm uma certa liberdade, entendeu? Porque a gente também não quer ficar servindo a um processo de reprodução do que a gente está lutando, entendeu?

Enquanto instituição. Porque a gente está lutando no desenvolvimento dos Direitos Humanos, é óbvio que a gente senta para dialogar com as empresas, mas para dialogar desde que seja mantido respeito, e desde que seja criado protocolos de respeito, entendeu?

Porque enquanto Estado, a gente tem o dever institucional de fazer isso. De ter esse diálogo, que é o que a gente faz. Antes de fazer qualquer coisa, a gente dialoga, vê como é que é, entendeu? E é por isso que a rede de apoio é importante. Faz aí pergunta.

**LUCIANE:**

É… Vocês atuam como assistentes de acusação?

**XXXX:**

A gente, nessa gestão da Juliana e minha aqui no Núcleo, a gente teve, acho que dois casos, o segundo agora vai ser da Dona Maria Trindade, que a gente pediu para entrar como assistente acusação. Qual é o critério que a gente está usando como assistente de acusação? Nos casos da chacina, a sociedade civil, através das suas organizações de proteção, está entrando como assistente de acusação, e a gente está fazendo os processos de indenização, enquanto Estado, que são muito mais demoradas e custosos. Em alguns casos, como da Dona Maria Trindade, a gente está defendendo a tese, que não é majoritária dentro da Defensoria do Estado do Pará, de que a gente precisa entrar como assistente de acusação por ser uma violação de Direitos Humanos, e por ter coisas que a gente precisa trabalhar, que é a possibilidade ou não dela ter sido assassinada na relação da… com as empresas, que não aparece isso. Então, ainda é algo que a gente está trabalhando, mas que a gente, que você viu aqui nesses dia que você está com a gente, que a gente tem limite de pessoal. Então tem muita coisa que a gente ainda deixa de fazer, porque nós somos só dois, e a nossa equipe não é uma equipe ainda que dá… não só de defensores, mas staff, técnico, para a gente pegar determinadas coisas que a gente está pegando de teimoso, entendeu?

**LUCIANE:**

Dentro de todo esse contexto que você relatou e analisou, não é, de violência, de não respeito e não garantia dos direitos quilombolas, populações ribeirinhas e indígenas. E, considerando o conceito de genocídio. Você acha que é aplicável?

**XXXX:**

Acho.

**LUCIANE:**

Por que?

**XXXX:**

Porque é o seguinte, se você pega uma pessoa que viveu durante 50 anos, eu não vou nem falar teoricamente, eu vou dar caso prático, ela viveu 50 anos naquela comunidade ali. Ela vivia ali, ela acordava de manhã, tinha o açaí dela, a comida dela, o caipirão dela, que ela criava sem agrotóxico, dentro de uma arapuca, sem bater, sem nenhum tipo de agressão, com milho, com água, tudo ali. Você passa uma estrada, estou dando primeiro exemplo, de ferro. Ou passa uma mineradora, ou passa um duto. E aí você expulsa aquela pessoa do território dela, e ela morre de depressão, ou morre de fome, ou morre assassinada. Ela, a pessoa mais velha, o que que é isso? Aí, essa pessoa tem cinco filhos, que nem o Cláudio contou ontem, anteontem. Aí, ele vem, é expulso, vai morar numa favela na cidade. Aí, ele não consegue emprego. Aí, ele está andando um dia de noite, e o carro prata, só porque ele tava com chapéu colorido, dá um tiro nele. Isso é o quê? Mas mesmo assim, com a Borges, eles estão morando lá ainda, naquele território. E aí os carros estão passando, os ônibus estão passando cheios de homem, aí a menina que tomava banho no riacho, continua tomando banho no riacho. E aqueles homens vão lá, 6 homens, estupram aquela menina, e a menina morre. Isso é o quê? E essas 10 pessoas, em 20 anos, assassinadas só no território quilombola de Jambuaçú? E todas as outras que eu não falei o nome dos territórios? E as doenças que os xikrin estão tendo depois da mineradora? Da mineração com eles? E o que está acontecendo com os peixes que estão morrendo em Belo Monte, e não estão tendo mais peixe. Isso é o quê?

Se isso não é genocídio, eu não sei o que que é. Se o rio secar, dessas comunidades, se o Itacamunas secar em Marabá, porque já tem estrada de ferro. Se o Mogi Mirim perder o peixe. Se esses rios todos secar, porque vai desmatar a unidade de conservação ou vai assorear. Isso é o quê? Um monte…. Os bois que viraram em Barcarena, ficou a fenotina lá, quase 5 meses, e os peixes que diminuíram o tamanho agora, e não está tendo mais peixe para os pescadores pescar. Se isso não é genocídio, é o quê? Se todo dia explode a porra de um negócio lá, dessas porra dessas chaminés malditas, e as crianças ficam tossindo, cheio de ziquezira na perna. Isso é o quê?

Então não sei o que que é, pô! Para mim, é simples. Toda vez que você impõe algo, impõe um modelo de alguma coisa para outra pessoa, não está vendo que eu estou falando desenvolvimento da empresa, não, qualquer coisa. Eu chego e te imponho que tu alise o teu cabelo, ou que eu não use mais a minha pulseira, que eu não fale mais do meu jeito. Isso, para mim, é um genocídio, porque você deixa de ser aquilo que você é, porra. E aí tu vai ficando muito fino, fino, fino até de morrer, porra. É o quê, entendeu?

Aí, se tu faz isso com uma porrada de gente no mesmo grupo, é genocídio, é isso.

**LUCIANE:**

Está certo XXXX.

**XXXX:**

É a última pergunta?

**LUCIANE:**

É. Muito obrigada pela sua entrevista. [risos]

Tenho tanto orgulho de você, fico tão feliz de estar aqui.

**XXXX:**

Por que?

**LUCIANE:**

Porque, cara, a gente é fechamento. E eu…

**XXXX:**

Foi boa a entrevista? Eu falei um montão de merda…

**LUCIANE:**

Foi ótima, meu querido

[...]

1. This refers to a project, promoted by the Defensoria, about indigenous people’s right to use their own indigenous names in official dealings. [↑](#footnote-ref-1)